

História Brasileira nos Estados Unidos: perspectivas teóricas e historiográficas

Stanley E. Blake

Professor Assistente de História – Ohio State University, Ohio, USA

e-mail: stanleyblake@sbcglobal.net

Resumo

Desde o início nos anos 1990, os historiadores que trabalham com o Brasil nos Estados Unidos começaram a produzir estudos sob a influência da Nova História Cultural. Esses historiadores, influenciados pelas tendências da história, dos estudos literários e das ciências sociais nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, adotaram o estudo da cultura e passaram a questionar as tradicionais abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas da história. Neste sentido, iremos discutir no presente texto, os recentes estudos da história brasileira nos séculos XIX e XX, elaborado por pesquisadores nos Estados Unidos.

Palavras-chave

Historiografia, Nova Historia Cultural; Brasil; Estados Unidos

1 Introdução

Desde o início nos anos 1990, os historiadores que trabalham com o Brasil nos Estados Unidos começaram a produzir estudos sob a influência da Nova História Cultural. Esses historiadores, influenciados pelas tendências da história, dos estudos literários e das ciências sociais nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, adotaram o estudo da cultura e passaram a questionar as tradicionais abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas da história. Neste sentido, iremos discutir no presente texto os recentes estudos da história brasileira nos séculos XIX e XX, elaborado por pesquisadores nos Estados Unidos. Começarei com uma discussão sobre os fundamentos teóricos da história da cultura, tal como ela é praticada pelos historiadores que trabalham com a América Latina e Brasil nos Estados Unidos, e concluirei com uma discussão sobre as maneiras pelas quais a história da cultura influenciou as obras recentes sobre a história do Brasil.

2 Teoria

Em 1994, logo depois de ter iniciado meus estudos de pós-graduação, minha orientadora de tese ministrou um seminário departamental intitulado “*Brother, can you spare a paradigm?*” evocando a imagem de um mendigo pedindo esmolas. Naquele contexto, tratava-se das mudanças nas abordagens da história do Brasil e da América Latina que se desenvolveram desde meados dos anos 1980, especificamente o afastamento da abordagem marxista da história, que deixou muitos historiadores à procura de uma nova maneira de pensar e de fazer história. Novas abordagens teóricas varreram as ciências sociais. A influência dos estudos literários e o impacto de um grupo variado de pensadores – incluindo Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, Michel Foucault, Roland Barthes, Raymond Williams e Jacques Derrida, entre outros – levaram os historiadores a questionar as abordagens tradicionais da história, inclusive a história social, a sociologia histórica e especialmente as abordagens materialistas da história. O novo paradigma (seria esta nova proposta um paradigma, será que ela surge justamente da crise dos paradigmas?) emergiu desse período de introspecção intelectual e de intercâmbio, é a história cultural. Lynn Hunt, organizador de uma coleção de ensaios amplamente lidos sobre história cultural e estudos culturais, é atualmente o presidente

da American Historical Association, a mais importante organização profissional de historiadores nos Estados Unidos. Vale a pena explorar exatamente o que é a nova história cultural e – o que é mais importante ainda – como ela vem influenciando a elaboração da história do Brasil produzida nos Estados Unidos.

Os novos historiadores culturais, centraram sua atenção sobre o conceito de cultura, que é, por si só, difícil de se definir. Lynn Hunt e Victoria Bonnell argumentam que esses historiadores criaram tópicos de pesquisas que atribuíam maior importância aos símbolos, aos rituais, ao discurso e às práticas culturais, e não à estrutura social ou às classes sociais. Os historiadores da cultura foram também influenciados pelas ciências sociais, sobretudo pela antropologia e pelos estudos literários. A história da cultura emerge do que tem sido chamado de “virada lingüística” (*linguistic turn*) da história, que levou os historiadores a atribuir maior valor à análise da linguagem e da literatura. Isso fez com que os historiadores se engajassem na análise do discurso, de textos, de gênero e de estruturas de narrativas. A cultura, em suas diversas manifestações, tornou-se um texto a ser lido pelos historiadores. Alguns historiadores da cultura têm sido cautelosos nesse processo de reduzir toda a experiência humana a um texto que pode ser desconstruído e preferiram, em lugar disso, definir cultura como uma prática, baseando-se no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Os historiadores da cultura empregaram, além disso, os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, que usam para analisar projetos de construção do Estado, bem como as respostas populares a esses mesmos projetos. Os historiadores da cultura enfatizam também categorias de análise que “denotam hierarquia”, incluindo raça, gênero e nação.

A análise de gênero foi enriquecida pelo trabalho de uma geração de escritoras feministas, mais notavelmente Joan Scott, que propôs que uma análise de gênero era essencial para se compreender o poder e a política nas análises históricas. A idéia de nações e de identidades nacionais como construções sociais deve muito ao trabalho de Eric Hobsbawm e Terence Ranger “*The Invention of Tradition*” (1983) e de Benedict Anderson “*Imagined Communities: reflections on the origins and spread of nationalism*” (1983), que propôs a nação como uma comunidade imaginada. A raça mostrou ser a categoria menos teorizada de análise, embora os historiadores estejam começando a ler trabalhos de antropólogos e sociólogos que exploraram a importação cultural e política

de raça como idéia. Entre essas novas categorias de análise, é notável a ausência daquela de “classe”. Na verdade a análise baseada nas classes tornou-se até mesmo um tabu entre os historiadores da cultura, embora haja algumas exceções importantes, como irei apontar adiante. Em um plano superficial, essas novas categorias de análise não parecem muito diferentes daquilo com que os historiadores sociais têm se preocupado desde a década de 1960, o que levanta a questão: será que a nova história cultural é tão diferente dos paradigmas historiográficos anteriores? Em um curso de pós-graduação sobre história da cultura a que assisti, em 1994, o professor Gene Lebovics sugeriu que ela é uma meia-vida da história marxista, e a metáfora parece apropriada. Uma análise de classe e, na verdade, uma crítica das formas de dominação da elite e do Estado são o subtexto no qual a história da cultura se baseia. Eu diria que a nova geração de historiadores engajados na história da cultura está apenas distanciando-se das gerações anteriores de estudiosos que adotaram mais abertamente uma abordagem marxista da história.

Os historiadores que trabalham com o Brasil nos Estados Unidos, são parte de uma comunidade de historiadores que estuda a América Latina, e os programas de pós-graduação produzem estudiosos versados em história latino-americana, além de dedicados às suas próprias especialidades. Esse treinamento enfatiza as continuidades que ultrapassam as fronteiras nacionais, e os estudantes de pós-graduação que se concentram em história brasileira também estudam a história do México, dos países andinos e do Cone Sul; estando desse modo, familiarizados com as tendências historiográficas de diversas regiões. O atual interesse dos historiadores em cultura sobre o Brasil, em grande parte deriva, mais da familiaridade com as tendências recentes no estudo da história mexicana do que da familiaridade com tendências semelhantes presentes em trabalhos de historiadores brasileiros. Os historiadores do México, inclusive Eric Van Young, Ana Maria Alonzo, Mary Kay Vaughn, Marjorie Becker e Gil Joseph, têm produzido histórias da cultura do século XIX e da Revolução Mexicana que influenciaram toda uma geração de estudantes de pós-graduação. O livro organizado por Gil Joseph e Daniel Nugent, *“Everyday Forms of State Formation: Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico”* (1994), talvez seja o volume de história da cultura mais citado por historiadores que trabalham com o Brasil, inclusive muitos dos autores discutidos adiante. Mais recentemente, Gil Joseph e Stuart Schwartz, os editores da *Hispanic American*

Historical Review, dedicaram um número à nova história cultural do México. O volume contém artigos sobre a pesquisa original de três historiadores sobre o México, mas o mais importante é um fórum que contém críticas e respostas à história da cultura.

No entanto, o crescimento da influência da história da cultura não se deu sem controvérsias. Muitos críticos enfatizam os excessos teóricos da história da cultura, chamando a atenção para muitos trabalhos que incluem doses pesadas de jargões pós-estruturalistas e pós-modernistas. Uma acusação mais grave é a de que os historiadores da cultura, ao analisar linguagens, textos e cultura, perderam a objetividade profissional de cientistas sociais. Na mesa redonda sobre História Brasileira, na reunião anual da Conferência sobre História Latino-americana, em 1997, um expositor que discutia as dimensões políticas da política brasileira para os índios desde o Estado Novo foi criticado por um interlocutor, por não dar atenção suficiente às dimensões econômicas dessa política (como o uso da terra), antes de discutir o lugar dos índios na cultura política brasileira no século XX. Na discussão que se seguiu, ficou claro que o interlocutor estava aderindo em algum nível ao paradigma da base-superestrutura usado nas análises marxistas, enquanto o apresentador estava utilizando-se das mais novas abordagens. A discussão fez com que os presentes se conscientizassem das diferentes abordagens disponíveis para os historiadores – e eu gostaria de pensar que hoje há menos críticas às abordagens novas do que havia seis anos atrás. No entanto, em uma discussão recente sobre América Latina, Robert Jackson, da Universidade Estadual de Nova York, em Oneonta, sugeriu que os editores da *Hispanic American Historical Review* haviam censurado suas críticas, na forma de cartas aos editores, sobre a história da cultura e os artigos que seriam publicados no periódico. Como resposta, os editores da revista escreveram que as críticas de Jackson não refletiam as opiniões do conselho editorial e sugeriram que os estudiosos poderiam melhor comentar as deficiências das tendências atuais submetendo “seus próprios artigos, que passarão pelo processo de revisão regulamentar”. Mais uma vez, acho que essa diferença de opiniões reflete uma mudança de posição. Como nos Estados Unidos a história latino-americana e brasileira se refazem, haverá aqueles que criticam as novas abordagens. Da mesma forma que se deve levar a sério essas críticas, acho que elas se refletem mais sobre o status da história da cultura como um campo de pesquisa relativamente novo, e que, portanto, precisa de um

amadurecimento no debate historiográfico. Embora alguns dos trabalhos aqui examinados tenham problemas que refletem, em parte, algumas dessas críticas como um todo, a história da cultura aponta novas direções interessantes para os historiadores que trabalham com o Brasil.

3 Historiografia

Nem todos os autores que irei aqui discutir se sentiriam confortáveis sendo rotulados como historiadores da cultura. Não estou tentando rotulá-los; em vez disso, quero discutir as influências que as novas abordagens da história – e em particular a história da cultura – têm tido sobre o conhecimento recente a respeito da história do Brasil produzida pelos mesmos. Desejo especificamente discutir o impacto da história da cultura sobre os estudos de raça, gênero e identidade nacional.

3.1 Raça

Os estudos históricos sobre raça, no Brasil, sofreram transformações ao longo dos últimos dez anos. Nos anos 80 e no início dos anos 90, os historiadores brasilianistas nos Estados Unidos abordaram o problema da raça sob a perspectiva da história social. Estudos realizados por Warren Dean, Stanley Stein, Mary Karasch e Sandra Lauderdale Graham examinaram a escravidão e a relação entre as raças no século XIX, tratando de interesses historiográficos a respeito da posição econômica e social dos escravos dentro da sociedade brasileira. A década de 90 assistiu a duas mudanças nos estudos sobre raça. Em primeiro lugar, os historiadores estão levando em consideração as maneiras pelas quais a raça é uma idéia construída, tanto social como politicamente. Em segundo – refletindo as tendências da historiografia brasileira – os historiadores sediados nos Estados Unidos estão estudando a raça na era pós-emancipação. Essa mudança, para se levar em consideração a importância da raça no século XX, reflete uma disposição em usar novos tipos de fontes. Como Sueann Caulfield observou, as elites brasileiras eram “notavelmente silenciosas no que dizia respeito à raça”, e, por esse motivo, os historiadores que trabalham com o Brasil nos Estados Unidos têm relutado em examinar a raça na era pós-escravatura. É claro que parte do problema reside no fato de que as elites políticas e econômicas brasileiras não falam muito diretamente a respeito de raça,

referindo-se, em lugar disso, ao problema social das massas, ou, mais simplesmente, “do povo”. Isso tem dificultado o avanço dos historiadores interessados na questão da raça durante a República Velha.

Talvez o trabalho mais influente sobre raça no Brasil seja o “*Black Into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*”, de Thomas Skidmore (1974). Como história intelectual, o livro é bem-sucedido, mostrando a importância da raça e das idéias sobre negritude nos círculos políticos e intelectuais do Brasil, da geração de Silvio Romero até o final da República Velha. Skidmore mostra claramente o domínio do “ideal de embranquecimento”, ou branqueamento, entre os intelectuais brasileiros e as lideranças políticas. O que tornou a obra de Skidmore tão importante foi sua análise da influência de destacados intelectuais brasileiros e de figuras literárias na construção de uma identidade nacional e suas descrições da importância política das idéias de raça, especialmente nas políticas de imigração. Sua obra, a esse respeito, estava bem adiante de seu tempo, e ainda se passariam mais 15 anos até que os historiadores do Brasil nos Estados Unidos revisitassem os temas apresentados por Skidmore.

Um livro-marco para os historiadores nos Estados Unidos é o “*Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*” (1991), de George Reid Andrews. Andrews examina as lutas dos negros nos locais de trabalho para conquistar voz política no século XX. Assim como dedica atenção especial aos trabalhadores negros, examinando a importância da raça na indústria têxtil e outras indústrias, ele também discute os modos pelos quais os negros lutaram para conciliar o ideal de democracia racial com a realidade social da discriminação racial. Dain Borges e Jeffrey Needell produziram estudos que examinam a importância da raça como idéia. Borges focaliza o entendimento intelectual brasileiro de degeneração da raça e seus usos políticos durante a República Velha e a era Vargas, mostrando as maneiras pelas quais as elites políticas brasileiras abraçaram idéias racistas. Needell examina as influências contemporâneas no pensamento de dois dos maiores intelectuais brasileiros sobre raça, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Do mesmo modo que está interessado na origem do pensamento conservador no Brasil, o trabalho de Needell faz parte de uma corrente acadêmica norte-americana que questiona as contribuições de Freyre para o estudo de raça e da relação entre raças no Brasil.

Outro desenvolvimento interessante tem sido o esforço para se estudar a

importância da raça em contextos fora do Rio de Janeiro e de São Paulo e para não concordar com o *continuum* racial negro-branco. Judy Bieber examina a importância política da raça no Vale do São Francisco, em Minas Gerais, no início do século XIX. Ela está interessada na rivalidade local sobre o que significava ser português e o que significava ser brasileiro, e mais especificamente “como a raça e os costumes afro-brasileiros poderiam ser usados na tentativa de desacreditar aspirantes a políticos em seu âmbito municipal”. Ela argumenta que a ansiedade da elite em relação a práticas culturais de figuras locais proeminentes que adotaram a cultura afro-brasileira produziu conhecimentos unicamente regionais da raça que eram usados para objetivos políticos locais específicos.

Talvez a contribuição recente mais interessante para o estudo da raça no Brasil seja a de Jeffrey Lesser, com dois livros sobre a imigração judaica, asiática e do Oriente Médio na primeira metade do século XX, “*Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*” (1995) e “*Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil*” (1999). Embora esses grupos imigrantes constituíssem uma minoria no número total de imigrantes no Brasil, eles atraíram uma atenção significativa de intelectuais e de líderes políticos que, no auge da imigração estrangeira, se agarraram ao problema de definir a identidade nacional brasileira em termos de raça. Lesser discute que, apesar do número relativamente pequeno de imigrantes desses grupos, eles foram essenciais para a definição de quem era e quem não era brasileiro. Judeus, muçulmanos e asiáticos ocuparam um espaço cultural que não se ajustava amplamente às idéias aceitas de um *continuum* racial negro-branco, e, com isso, sua presença no Brasil chamava a atenção exatamente para essas hierarquias raciais que tanto interesse tinha para os líderes políticos brasileiros. A contribuição mais importante da obra de Lesser é que ela sublinha o fato de que há outros modos pelos quais a raça era compreendida, e que os estudiosos devem levar em consideração o contexto cultural e político mais amplo que dava significado à raça em uma sociedade multiétnica. Esses trabalhos recentes sobre raça expandiram coletivamente os modos pelos quais os historiadores vinham pensando e escrevendo a respeito desse tema. Enquanto os estudos anteriores concentravam-se principalmente na história social das relações entre escravizador e raça, estudos recentes trataram a raça como uma categoria construída

socialmente, acentuando os modos pelos quais as idéias de raça eram centrais para a criação de uma identidade nacional brasileira.

3.2 Gênero

Uma área de pesquisas relativamente nova para os historiadores que trabalham com o Brasil nos Estados Unidos é a história do gênero. As contribuições de uma geração de estudiosos dedicados a escrever a história das mulheres, inclusive June Hahner, que focalizou as “mulheres da elite, mulheres religiosas e conventos, direitos legais das mulheres, dotes e outras propriedades e a literatura que determinava o gênero e a moral”, bem como a história do feminismo e dos movimentos feministas nacionais, forneceram as bases para trabalhos recentes que focalizam o gênero como uma categoria de análise. Sueann Caulfield, em um ensaio recente sobre os desenvolvimentos historiográficos na história do gênero, argumenta que esses trabalhos “focalizam a interação entre o significado de gênero no dia-a-dia e o papel que teve na formação política, das instituições e nas relações de poder em geral”. Ela acrescenta que essas obras focalizaram o “desejo uniforme por parte das elites profissionais do século XIX e início do século XX, na América Latina, de ‘modernizar’ e ‘civilizar’ o espaço e as populações urbanas”, os modos pelos quais o domicílio tornou-se parte dos projetos de construção do Estado e de desenvolvimento nacional e a noção de honra sexual como locus de relações de poder desigual entre os mundos masculino e feminino. Em geral, os historiadores que atuam nos Estados Unidos seguem as tendências teóricas e metodológicas do tratamento do gênero na América do Norte, influenciados pela teoria feminista, o pós-estruturalismo, o pós-modernismos e outros estudos singulares sobre o homossexualismo.

“*Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*” (1996), de Susan Besse, examina a transformação dos papéis públicos das mulheres no Brasil, do final do século XIX até o final do Estado Novo. Ela estuda os modos pelos quais os educadores brasileiros, os médicos, reformadores e políticos reformularam as expectativas para as mulheres e criaram novos papéis para elas, de modo a se adequarem às visões idealizadas do Brasil como uma sociedade modernizadora, que enfatizava o papel das mulheres no lar. Besse argumenta que, ao mesmo tempo que os papéis das

mulheres mudaram, nesse período, um grupo de médicos, juristas, educadores e reformadores tiveram sucesso na manutenção do patriarcado, com a cuidadosa manutenção do casamento, da criação e educação dos filhos e do trabalho feminino. Embora seu estudo concentre-se principalmente sobre as mulheres de classes média e alta, e não aborde a questão da raça, ele tem seu valor, pois mostra os modos pelos quais os interesses das elites sobre os papéis femininos tornaram-se uma questão política importante no início do século XX.

O trabalho de Sueann Caulfield, *“In Defense of Honor: Sexual Morality, Modernity, and Nation in Early Twentieth-Century Brazil”* (2000), é outra contribuição de destaque para o estudo do gênero no Brasil. Caulfield examina a importância da honra e da moralidade sexual nos esforços de formação do Estado, durante a República Velha e a era Vargas, baseando-se em registros policiais e em casos jurídicos de crimes sexuais, inclusive o defloramento, além da literatura normativa produzida por juristas e profissionais médicos. Como Besse, Caulfield argumenta que, ao mesmo tempo em que havia uma transformação nos papéis do gênero no Brasil, os esforços de formação do Estado nos anos 30 eram pautados na continuação do domínio dos homens sobre as mulheres. Ela discute que as “políticas sociais intervencionistas” do ‘Estado Novo’ serviram para “aumentar a dependência das mulheres com relação aos homens e para sustentar as idéias de honra sexual”. Caulfield é mais inovadora em sua discussão sobre as dimensões raciais da honra sexual, especialmente na concepção popular da importância da raça na escolha dos parceiros sexuais. Ela argumenta que as noções prevalentes de branqueamento racial não determinavam a escolha individual, pelo contrário, “muitas empregadas domésticas negras ou pardas faziam suas próprias escolhas quanto à sua sexualidade, geralmente escolhendo homens de sua própria cor e classe para o relacionamento sexual”. Embora as preferências fossem expressas individualmente, Caulfield conclui que “o conceito de honra sexual podia ser interpretado de modo a manter as distinções de cor e de classe ostensivamente ausentes das leis republicanas. Os juristas interpretavam a honra de modo compatível com as idéias antigas de divisão apropriada de raça e classe”. A maior contribuição de Caulfield é mostrar os modos pelos quais as hierarquias de gênero, raça e classe estavam interrelacionadas e os modos como eram usadas, juntas, para manter as idéias de honra sexual.

Por fim, o interesse dos historiadores dos Estados Unidos sobre o gênero produziu um estudo sobre homossexuais masculinos. “*Beyond Carnival: Male Homosexuality in Twentieth-Century Brazil*” (1999), de James Green, examina a história do homossexualismo masculino em São Paulo e no Rio de Janeiro desde o final do século XIX, os conceitos populares do homossexualismo, o desenvolvimento da identidade e comunidade de homossexuais masculinos e as mudanças na comunidade durante a ditadura militar. Green admite que esse é um campo novo, e que ele está tentando fazer “a história social” dos homossexuais masculinos no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, declara que quer abordar questões mais amplas relativas a “noções de masculinidade, homofobia e dominação de sistemas de gênero heterocêntrico”, que não têm recebido tanta atenção na história latino-americana quanto as áreas “tradicionais” do estudo sobre as mulheres e o gênero. Sua obra é uma tentativa de suprir a lacuna que existe entre os estudos históricos dos textos médico-legais e os estudos antropológicos. Ao fazer isso, ele se propõe analisar os modos pelos quais raça e classe afetam as relações homossexuais masculinas. Por fim, sugere que seu trabalho irá “lançar uma nova luz” sobre a concepção da família brasileira. Comparado aos estudos de Besse e Caulfield, o de Green não consegue atingir o mesmo nível, sobretudo quanto ao tratamento de classe e raça. A força deste livro reside na habilidade que Green tem de mostrar as mudanças nas atitudes do Estado oficial no que diz respeito ao homossexualismo masculino no Brasil. Nesse sentido, ele consegue atingir seu objetivo de examinar “a realidade social e cultural mais ampla da homossexualidade masculina no Brasil”. No âmbito da história do gênero, especialmente na América Latina, o homossexualismo masculino e feminino não recebeu muita atenção. É um campo promissor, no entanto, e promete refinar ainda mais nossos conhecimentos sobre a centralidade do gênero na história. Embora estudos recentes sobre o gênero tenham tido seu foco mais definido, já é evidente que nossos conhecimentos sobre as transformações sociais e políticas no Brasil, no final do século XIX e no século XX, foram enriquecidos pelo estudo do gênero. E o mais significativo é que o gênero está começando a ocupar um lugar de maior importância nas obras atuais sobre a história do Brasil.

3.3 Nação e identidades nacionais

Os historiadores que estudam a América Latina nos Estados Unidos também têm tido um interesse renovado a respeito das identidades de Estado e de nação e, mais especificamente, o elo entre a construção do Estado e as políticas populares. Estes inspiram-se no livro organizado por Joseph e Nugent, “*Everyday Forms of State Formation*” (1994), sobre o México, e realmente a maior parte dos trabalhos recentes sobre a história brasileira aqui citados fazem referência a essa obra. Os ensaios com orientação teórica, bem como os capítulos históricos, tentam, em conjunto, incluir uma abordagem mais tradicional, centrada no Estado, das políticas e da construção do Estado, além de estudos com base antropológica sobre as tradições políticas e culturais locais e populares. Em síntese, os autores argumentam que o Estado mexicano não é uma entidade reificada, monolítica, que impôs sua visão hegemônica da modernidade ao povo mexicano, mas sim que tanto as compreensões de política e de Estado produzidas pelo Estado quanto as populares influenciam-se mutuamente. Em suas discussões sobre o Estado mexicano, Joseph e Nugent empregam a construção de um arco monumental como metáfora para descrever o processo de formação do Estado que vem acontecendo desde a Revolução Mexicana. Se o México vem se ocupando com a construção de um arco desde a Revolução – e podemos visualizar Vicente Fox cavando para um novo arco ou destruindo as suas fundações com uma britadeira, então o Brasil construiu muitos arcos, e pelo menos três deles tiveram na parte superior um busto de Getúlio Vargas. É claro que se pode discutir se esta metáfora se aplica ao Brasil – levando-se em conta os longos períodos de poder autoritário. No entanto, os historiadores do Brasil nos Estados Unidos aplicaram “*Everyday Forms of State Formation*” às suas pesquisas sobre a história brasileira e começaram a pensar nos elos entre as visões populares e da elite sobre a construção do Estado e a formação de identidades nacionais.

“*Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*” (2001), de Kirsten Schultz, examina as transformações da cultura política e da monarquia portuguesas produzidas pela transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Schultz sublinha a mudança do absolutismo monárquico para o constitucionalismo, nesse período, dedicando especial atenção aos modos pelos quais as discussões públicas a respeito da elevação do Brasil de Colônia a Reinado, o papel

continuado da escravidão no Brasil, o mercantilismo e a influência da Inglaterra levaram os principais intelectuais brasileiros e homens de Estado a repensarem a natureza da monarquia. A autora não privilegia os discursos centrados no Estado, mas, ao contrário, “aborda a cultura política do início do século XIX, no Rio de Janeiro, no que diz respeito às diversas maneiras pelas quais a soberania, a monarquia e o Império eram concebidos, em uma multiplicidade de lugares”. Ao mesmo tempo que esses debates eram significativos por “constituírem um fórum no qual [os brasileiros] expressavam suas expectativas e reivindicavam seus direitos”, ela argumenta que, no fim, a monarquia enfatizava a continuidade, ao apoiar as hierarquias sociais e econômicas de raça e classe. O estudo de Schultz mostra com habilidade os modos pelos quais os debates a respeito da natureza do governo eram adotados por um seguimento mais amplo da sociedade brasileira e como esses debates influenciaram a transição do absolutismo para a monarquia constitucional, e da Colônia para o Reinado e daí, para a Nação.

Essa preocupação com as formas populares de expressão política está evidente também em estudos sobre o século XIX, incluindo “*Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*” (1990), de Richard Graham. Graham examina o panorama político no século XIX, focalizando os políticos locais e as relações entre eles, os partidos nacionais e o governo centralizado. Ele rejeita a idéia de que os políticos nacionais ou os políticos partidários dominavam as políticas locais. Em lugar disso, focaliza a ‘patronagem’ como moeda política, e chega mesmo a argumentar que os partidos eram veículos de patronagem. Ele declara que seu objetivo é “focalizar os significados [que os atores políticos] davam aos seus próprios atos, como indivíduos, seja dentro ou fora do governo, como pessoas íntegras, com compromissos múltiplos, algumas vezes conflitantes, algumas vezes em dúvida”, e o livro consegue descrever minuciosamente políticas locais no século XIX. “*Heroes on Horseback: A Life and Times of the Last Gaucho Caudillos*” (1995), de John Chasteen, leva essa perspectiva ainda mais adiante. Ele focaliza os irmãos Gumercindo e Aparício Saraiva e o envolvimento deles na Revolução Federalista de 1893 no Rio Grande do Sul. Chasteen pinta um retrato vívido da vida na fronteira e da cultura gaúcha. A força do livro reside no exame da cultura política local, inclusive da importância dos mitos e do simbolismo para os federalistas. Embora Graham e Chasteen examinem diferentes extremos do espectro político – políticos que tentam obter vantagens das

redes de influência locais, estaduais e nacionais e gaúchos que lamentam o fim da tradição e do Império –, os dois autores mostram como a cultura política local operava independentemente do controle nacional e, no caso da revolta federalista, como as figuras políticas locais conseguiam influenciar a política nacional.

Diversos estudos recentes focalizam o desenvolvimento histórico da identidade nacional brasileira. “*The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin América*” (1991), de Nancy Stepan, altamente considerado e amplamente citado, examina o papel desempenhado pelos proponentes da eugenia na América Latina, ao dar formas aos debates a respeito das políticas sociais e de imigração nos anos 1920 e 1930. Embora o livro discuta a eugenia no México, na Argentina e no Brasil, Stepan mostra habilidosamente como as preocupações a respeito de raça, gênero e políticas de imigração conformaram os debates a respeito da identidade nacional na América Latina desse período. Uma segunda contribuição no campo da história social da medicina é “*Race, Place and Medicine: The Idea of the Tropics in Nineteenth-Century Brazilian Medicine*” (1999), de Julyan Peard, que explora o papel da “Escola Tropicalista Bahiana” do século XIX – um grupo de médicos associados à Faculdade de Medicina da Bahia – no desenvolvimento de um conhecimento exclusivamente brasileiro da medicina tropical, que constituiu uma reação e uma rejeição às idéias européias sobre a inferioridade racial brasileira. Embora esses médicos não adotassem a herança africana brasileira (e rejeitassem as investigações de Raymundo Nina Rodrigues sobre raça), eles tentaram terminar com a idéia de que o clima do Brasil era inóspito para os europeus, lançando, assim, as bases intelectuais para uma futura imigração européia. Essa preocupação com a formação de identidades nacionais está também refletida, como foi mencionado acima, na obra de Thomas Skidmore e de Jeffrey Lesser. Os dois autores exploram as maneiras pelas quais as idéias de raça refletiam-se sobre as políticas nacionais de imigração. Skidmore argumenta que os líderes econômicos e políticos no Brasil adotaram o branqueamento como ideal de raça depois da abolição da escravatura, quando os imigrantes europeus forneceram uma solução para a falta de mão-de-obra nacional, enquanto Lesser chama a atenção para as contradições inerentes à adoção, durante o regime de Vargas, da idéia de democracia racial e das tentativas para se criar uma identidade nacional inclusiva, da mesma maneira que se excluía dessa visão grupos

específicos de imigrantes.

Finalmente, “*Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*” (2001), de Daryle Williams, examina as tentativas dos governos Vargas de projetarem uma imagem cultural unificada do Brasil, interna e externamente, como uma nação moderna e em desenvolvimento, por meio de técnicas de gerenciamento cultural, da criação de um patrimônio nacional e do uso de museus e exposições. Williams discute, também, os acalorados debates que se seguiram, entre artistas, intelectuais e burocratas, a respeito do conteúdo exato dessa visão. Apesar dessas discordâncias, Williams argumenta que as técnicas de gerenciamento cultural do regime Vargas “garantiram que ‘a cultura nacional’ projetada por Vargas tivesse uma especificidade visual geográfica e administrativa com a qual a sociedade inteira conseguia se identificar”. Ao contrário de outros autores mencionados aqui, Williams conclui que “a identidade nacional formada sob Vargas não era necessariamente elaborada pela nação”, o que sublinha algumas das dificuldades para se aplicar a idéia de que a formação do Estado, no Brasil, é um processo do qual tanto as elites quanto os subalternos participam. Embora esses estudos não tenham ido tão longe quanto os trabalhos recentes sobre a revolução mexicana e seus desenvolvimentos, ao mostrar os elos entre as políticas populares e a formação do Estado, os historiadores que trabalham com o Brasil nos Estados Unidos conseguiram mostrar com sucesso que grupos fora dos centros tradicionais de poder e privilégio contestaram as visões da elite sobre a nação.

4 Conclusões

Para concluir, eu argumentaria que as novas abordagens de gênero, raça e nação, intrínsecas à “Nova História Cultural”, exerceram uma influência positiva sobre a elaboração da história brasileira feita nos Estados Unidos. Acredito que o maior potencial desses trabalhos está nas tentativas dos autores explorarem as ligações entre as políticas populares e o Estado, embora isso seja feito com menor sucesso do que nos trabalhos recentes sobre a história mexicana. No entanto, há três áreas que acredito não estarem presentes nesse novo conhecimento. Em primeiro lugar, os trabalhos examinados aqui têm seu foco dirigido quase exclusivamente para região Centro-Sul, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Embora isto seja compreensível, dada a estatura política e

econômica dessas duas cidades, seria bom os historiadores levarem em consideração o caráter regional de seus objetos de estudo. Embora alguns historiadores o façam, inclusive Judy Bieber e John Chasteen, surpreendentemente há muito poucos conhecimentos produzidos sobre o Nordeste e outras regiões. Em segundo lugar, muitos dos trabalhos focalizam apenas uma, e não diversas categorias de análise. Com muita frequência, há um foco no gênero, às custas da raça, ou na raça, às custas da nação. Isso posto, alguns historiadores obtêm melhores resultados do que outros, e o trabalho de Jeffrey Lesser sobre imigração, o de Nancy Stepan sobre eugenia e o de Sueann Caulfield sobre honra sexual destacam-se a esse respeito. Por fim, falta a muitos trabalhos aqui examinados a sofisticação teórica dos conhecimentos recentes produzidos sobre o México e outras áreas. Os historiadores que estudam o Brasil nos Estados Unidos adotam freqüentemente teorias e métodos sem fazer uma reflexão crítica sobre se essas abordagens aplicam-se à história do Brasil. Por outro lado, acho que há benefícios nessa abordagem. Os estudos aqui examinados não estão sobrecarregados de jargões, e os historiadores conseguem obter um equilíbrio entre as novas metodologias e as mais antigas. Sobre os artigos, em um comentário publicado no número sobre nova história da cultura no México, na *Hispanic American Historical Review*, Claudio Lomnitz, professor de antropologia e história da Universidade de Chicago, identifica duas abordagens na escrita da história que têm origem nos historiadores profissionais. Ele conta-nos que a primeira é “um tipo de sociologia histórica”, usada “para construir idéias mais abstratas com respeito, por exemplo, a revoluções, sociedades de corte, industrialização e modernidade cultural”. O segundo, é a “história como crítica imanente”, uma “história profissional e teórica, mas que interpola implicitamente versões locais da história e utiliza-as como um instrumento para a discussão crítica das condições atuais e sua avaliação adequada”. Lomnitz sugere que os historiadores da cultura que estudam o México nos Estados Unidos trabalhem com a sociologia histórica, e não com a crítica imanente, e que seus interesses mantenham-se profissionais principalmente, dirigidos para a platéia acadêmica norte americana. Eu acredito que o mesmo valha para os historiadores que estudam o Brasil nos Estados Unidos. Dada a divisão profissional existente entre os Estados Unidos e o Brasil, não é de se admirar que os historiadores engajados em escrever a história da cultura do Brasil se inspirem na profissão de historiador nos Estados Unidos, e não nas

forças sociais, políticas e culturais que dão forma ao Brasil de hoje. Se a nova história da cultura for realmente uma meia-vida do marxismo, e eu acredito que seja, então os historiadores que estudam o Brasil nos Estados Unidos deveriam lembrar-se de que história da cultura é crítica social, e que eles deveriam estar mais dispostos a se envolverem com as questões sociais e políticas brasileiras da atualidade.

Referências

- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso 1991 [1983].
- Andrews, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.
- Beattie, Peter M. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1986-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.
- Besse, Susan K. *Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- Bieber, Judy. “Postmodern Ethnographer in the Backlands: An Imperial Bureaucrat’s Perceptions of Post-Independence Brazil.” *Latin American Research Review* 33:2 (1998): 37-72.
- Bonnell, Victoria E. and Lynn Hunt. “Introduction.” In *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*, ed. Victoria E. Bonnell and Lynn Hunt, 1-32. Berkeley: University of California Press, 1999.
- Borges, Dain. “‘Puffy, Ugly, Slothful, and Inert’: Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880-1940.” *Journal of Latin American Studies* 25:2 (1993): 235-256.
- Borges, Dain. *The Family in Bahia, Brazil 1870-1945*. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- Caulfield, Sueann. “Getting into Trouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women-Men in the Conceptual Language of Vida Policial, 1925-1927.” *Signs* 19:1 (Autumn 1993): 146-176.
- Caulfield, Sueann. “The History of Gender in the Historiography of Latin America.” *Hispanic American Historical Review* 81:3-4 (August-November 2001): 449-490.

Caulfield, Sueann. *In Defense of Honor: Sexual Morality, Modernity, and Nation in Early Twentieth-Century Brazil*. Durham: Duke University Press, 2000.

Chasteen, John Charles. *Heroes on Horseback: A Life and Times of the Last Gaucho Caudillos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995.

Corrigan, Philip and Derek Sayer. *The Great Arch: English State Formation as Cultural Revolution*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

Dean, Warren. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Diacon, Todd. *Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.

Garfield, Seth. *Indigenous Struggle at the Heart of Brazil: State Policy, Frontier Expansion, and the Xavante Indians, 1937-1988*. Durham: Duke University Press, 2001.

Gilroy, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

Graham, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

Graham, Sandra Lauderdale. *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Austin: University of Texas Press, 1992 [1988].

Green, James N. *Beyond Carnival: Male Homosexuality in Twentieth-Century Brazil*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

Haber, Stephen. "Anything Goes: Mexico's 'New' Cultural History." *Hispanic American Historical Review* 79:2 (May 1999): 309-330.

Hobsbawm, Eric. *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Hobsbawm, Eric and Terence Ranger. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Jackson, Robert to h-latam, March 23, 2002. Archived at <http://h-net.msu.edu>.

Joseph, Gil and Stuart B. Schwartz to h-latam, March 27, 2002. Archived at <http://h-net.msu.edu>.

- Joseph, Gilbert M. and Daniel Nugent. *Everyday Forms of State Formation: Revolution and Negotiation of Rule in Modern Mexico*. Durham: Duke University Press, 1994.
- Karasch, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- Lebovics, Herman. “How Come We’re Doing Cultural History, Now?” Paper presented to the Cultural History Seminar, State University of New York at Stony Brook, January 24, 1994.
- Lesser, Jeffrey. *Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil*. Durham: Duke University Press, 1999.
- Lesser, Jeffrey. *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- Lewin, Linda. *Politics and Parentela in Paraíba: A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- Lomnitz, Claudio. “Barbarians at the Gate? A Few Remarks on the Politics of the ‘New Cultural History of Mexico.’” *Hispanic American Historical Review* 79:2 (May 1999): 367-383.
- Mallon, Florencia. “Time on the Wheel: Cycles of Revisionism and the ‘New Cultural History.’” *Hispanic American Historical Review* 79:2 (May 1999): 331-351.
- Needell, Jeffrey D. “History, Race, and the State in the Thought of Oliveira Vianna.” *Hispanic American Historical Review* 75:1 (February 1995): 1-30.
- Needell, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre’s *Oeuvre*.” *American Historical Review* 100:1 (February 1995): 51-75.
- Peard, Julyan G. *Race, Place and Medicine: The Idea of the Tropic in Nineteenth-Century Brazilian Medicine*. Durham: Duke University Press, 1999.
- Russell-Wood, A.J.R. “Brazilian Archives and Recent Historiography on Colonial Brazil.” *Latin American Research Review* 36:1 (2001): 75-105.
- Sayer, Derek. “Everyday Forms of State Formation: Some Dissident Remarks on ‘Hegemony’” In *Everyday Forms of State Formation: Revolution and Negotiation of Rule in Modern Mexico*, ed. Gilbert M. Joseph and Daniel Nugent, 367-377. Durham: Duke University Press, 1994.
- Schultz, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York: Routledge, 2001.

Schwartz, Stuart B. “Brazil Ironies of the Colonial Past.” *Hispanic American Historical Review* 80:4 (2000): 681-694.

Scott, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis.” *American Historical Review* 91:5 (December 1986): 1053-75.

Skidmore, Thomas E. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Durham: Duke University Press, 1993 [1974].

Socolow, Susan Migden. “Putting the ‘Cult’ in Culture.” *Hispanic American Historical Review* 79:2 (May 1999): 355-365.

Stein, Stanley J. *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900: The Roles of Planter and Slave in a Plantation Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

Stepan, Nancy Leys. “The Hour of Eugenics”: *Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

Stoler, Ann Laura. *Race and the Education of Desire: Foucault’s History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durham: Duke University Press, 1995.

Toews, John E. “Intellectual History after the Linguistic Turn: The Autonomy of Meaning and the Irreducibility of Experience.” *American Historical Review* 92:4 (October 1987): 879-907.

Topik, Steven C. “Coffee Anyone? Recent Research on Latin American Coffee Societies.” *Hispanic American Historical Review* 80:2 (May 2000): 225-266.

Topik, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.

Wade, Peter. *Blackness and Race Mixture: The Dynamics of Racial Identity in Colombia*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

Wade, Peter. *Race and Ethnicity in Latin America*. London: Pluto Press, 1997.

Williams, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.